TOMO

Revista Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Universidade Federal de Sergipe

"TODO DIA ELA(S) FAZ(EM) TUDO SEMPRE IGUAL": RELAÇÕES DE MUITO TRABALHO E POUCO PODER, VIVIDAS PELAS ASSENTADAS SERGIPANAS

*Mônica Cristina Silva Santana**

INTRODUÇÃO

A proposta básica deste estudo está em discutir os limites e as possibilidades das diversas formas de participação das mulheres trabalhadoras rurais e, implicitamente, dos homens na vida cotidiana dos assentamentos no Estado de Sergipe. Neste artigo, analiso como os indivíduos envolvidos na formação dos assentamentos rurais percebem-se e percebem o próprio grupo, e como isso está pautado por um processo que une seu passado ao seu presente. Como um longo rito de passagem, a mudança no campo traz consigo novos códigos, novas necessidades, novas experiências. Por vezes, é explícita na redefinição das relações de trabalho e nas formas de participação e, outras vezes, é sutil, difusa, imperceptível, tomando todos os espaços e as vivências do grupo.

Essa questão é fundamental dentro das pesquisas que tratam da vida social rural brasileira e implica na apreensão da multiplicidade de relações, situações e esferas materiais, sociais e simbólicas que coexistem e, por vezes, sobrepõem-se umas às outras na composição do espaço agrário. A opção pela investigação dos que vivem nos assentamentos do Estado de Sergipe – selecionados três para pesquisa e análise: Ivan Ribeiro,

*Doutora em Ciências Sociais pela UFBA e bolsista PRODOC-CAPEX (2005/2007) no Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

Vitória da União e Nossa Senhora da Glória – é uma tentativa de contribuir para a análise da composição de uma realidade plural e multifacetada que é o campo brasileiro. Para isso, ver, ouvir, acompanhar o dia-a-dia e dar voz às mulheres e homens que habitam os assentamentos é, segundo penso, uma estratégia metodológica fundamental para compreender uma realidade tão fragmentada.

Em função dessa constatação, dou continuidade ao estudo do cotidiano das mulheres nessa realidade rural tão comum nos estados brasileiros, todavia tão complexa e multifacetada. Reflito, então, com a canção de Chico Buarque de Holanda – *Cotidiano* – se “todo dia ela(s) faz(em) tudo sempre igual”.¹

Como um mosaico que se forma à soma de cada peça diferente que a ele se acresce, penso que o estudo das relações de trabalho e de poder nos assentamentos pode ser construído pela apropriação da pluralidade que a compõe.² Porém, demonstro que os assentamentos analisados assemelham-se a um caleidoscópio, no sentido de que cada olhar, cada leitura, cada investidura pode conter sempre uma visão particular de uma realidade, apenas aparentemente respondida, mas que, como toda e qualquer realidade social, contém a propriedade de poder ser lida de forma diferente por cada curioso, espectador ou estudioso que queira conhecer.

A DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE PODER NOS ASSENTAMENTOS

Discuto as relações de poder entre homens e mulheres existentes nos assentamentos sergipanos e as diversas gradações que esse poder apresenta, em algumas particularidades visíveis, e outras, em atividades múltiplas e menos aparentes. Minha estratégia de pesquisa, envolveu a observação do cotidiano sob dois âmbitos de ação dos assentados, o que chamei de ação no âmbito privado e ação no âmbito público. No primeiro aspecto, observei tudo aquilo que está relacionado ao espaço da casa, como dieta, educação dos filhos, trabalho domésti-

¹ Cf. Chico ao vivo (1999).

² Essa imagem foi retirada de Becker (1994).

co, memória da família, saúde da família, vestuário, etc. No segundo aspecto, observei as decisões sobre o plantio, a participação nos espaços de discussão, a busca de crédito bancário, a titulação, a relação com os técnicos do governo, a comercialização, o uso dos recursos familiares, etc.

Observaremos, que, pela divisão acima efetuada, pode-se destacar que existem esferas e níveis diferenciados de poder. Em alguns momentos, afirmam-se as vontades femininas e, em outros momentos, as vontades masculinas. Contudo, há uma imbricação do espaço privado e do espaço público que não é conjuntural, mas estrutural, e a pesquisa demonstrou que as relações de gênero são fundamentais para a compreensão desses espaços.

Entre os aspectos relativos ao poder, deve-se destacar a tendência a se ocultar, inclusive negando-se como poder e apresentando-se como exigência natural e razão social, como ressalta Foucault (1984, p. 85), para quem "o poder é tolerado só com a condição de mascarar uma parte importante de si mesmo."

Se o poder tem a tendência e a capacidade de se ocultar, valendo-se da ideologia dominante, outra alternativa pode ser a construção de uma contra-ideologia. "Quando fazemos falar o silêncio que sustenta a ideologia, produzimos um outro discurso, o contradiscurso da ideologia, pois o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava" (CHAUÍ, 1981, p. 25).

É importante destacar, como bem afirma Saffioti, as relações de poder e os papéis sociais atribuídos aos diferentes sexos:

A sociedade não está dividida entre homens dominadores, de um lado, e mulheres subordinadas, de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. (...) De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais(...) (1987, p.16)

Na definição de poder, destaco a análise de Boudon e Bourricaud (1993), quando eles bem o definem, no conhecido *Dicionário Crítico de Sociologia*:

O poder é uma relação social geral, mas é evidente que é uma relação a uma situação e não em termos absolutos que recursos e estratégias podem ser apreciados. É evidente, também, que se pode falar de poder em qualquer contexto social, tanto nas sociedades mais volumosas quanto nos pequenos grupos (...) (1993, p. 435-436).

A dimensão de poder que a categoria gênero encerra, como campo privilegiado da articulação de poder, constitui um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Torna-se implicado na construção e na concepção do próprio poder, influenciado pela forma diferente de perceber e estar no mundo, pertencendo ao gênero masculino ou feminino. Nesse sentido, considero como melhor definição para a discussão do poder no cotidiano dos assentamentos pesquisados a proposta por Weber (1999, p. 33), destacando:

Entende-se por poder a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor sua própria vontade, mesmo contra a resistência e, independentemente, da base na qual esta oportunidade se fundamenta.

Na perspectiva weberiana, o poder é uma relação assimétrica entre pelo menos dois atores e a probabilidade de um ator, situado dentro de uma relação social, estar em uma posição que lhe permita realizar sua própria vontade, apesar de encontrar resistência. Em geral, é pouco referida a noção de poder como capacidade configurada e determinada – estipulada sócio-politicamente, condicionada culturalmente –, assim como não se atém à visão de poder no sentido de uma situação ou relação estratégica, a partir da qual se assume, então, uma posição de poder.

Weber define, ainda, que

(...) em geral, entende-se por poder a chance de um homem ou de um grupo de homens realizarem sua própria vontade ou de uma ação comunal, inclusive contra a resistência de outros que estão participando da ação." E entende que, na realidade, há nessa relação um ato, uma vontade e uma capacidade que "é determinada por motivos altamente robustos de medo e esperança (...) e, além de tudo isso, por interesses os mais variados..."(idem).

As concepções de poder, vistas até aqui, embutidas no conceito de gênero, chamam a atenção para a complexidade das relações estabelecidas entre homens e mulheres e que representam muito mais do que apenas uma relação entre dominante e dominado. É possível o olhar sobre as diversas conexões que o gênero estabelece com outras categorias analíticas.

Na análise das relações entre homens e mulheres, pude encontrar diversas relações de dominação e poder que exemplificam essa discussão a partir de uma tipologia hierarquizante e que pode ser representada por uma pirâmide, a qual atribui a quem está no topo o principal papel na participação dos processos decisórios nos assentamentos. Em cada degrau, são utilizadas categorias de análise que atribuem maior ou menor grau de limites e possibilidades de participação aos assentados, seguindo como referencial gênero, trabalho e socialização na militância³ no MST. No topo da pirâmide, estão os homens que mais participam dos trabalhos produtivos e que são militantes ou ex-militantes do Movimento, seguido das mulheres que participam dos trabalhos produtivos e são militantes ou ex-militantes; logo abaixo, estão os homens que participam dos setores produtivos e não passaram pela socialização no Movimento; e, por último, estão as mulheres que não participam dos setores produtivos e não foram socializadas no Movimento.

Observei que, nos espaços domésticos, a atuação das mulheres aparece como fator regulador, ou seja, é a partir deles que as assentadas organizam o mundo que as cerca, principalmente as casadas e as que têm filhos. A própria idéia de trabalhar “fora” revela que há o trabalho de “dentro”, doméstico; o trabalho intermitente, descontínuo e gasto nas tarefas domésticas e na socialização dos filhos.

Portanto, as tarefas domésticas restringem-se não somente aos afazeres materiais, diretamente ligados à sobrevivência, mas também à manutenção e à reprodução ideológica da família. O fator organizador do trabalho fora de casa é o doméstico, o “inadiável” para as assentadas é equacioná-lo de modo a permitir-lhes “ajudar” nos trabalhos produtivos dos lotes. Nesse sentido, o trabalho doméstico ainda é “coisa de mulher” e não “coisa de homem” ou “coisa do casal”.

³ Militante, segundo Bueno (1986, p.730): “que milita; que funciona; que está em exercício.”

O trabalho da mulher está em toda parte: na comida que é preparada para só depois ser consumida; na limpeza da casa, das roupas; na organização e na gerência do lar; na formação dos filhos. Está, também, na criação de animais domésticos, na horta ou no roçado familiar, na costura feita em casa para a família ou na "ajuda" ao marido. Só que, em geral, esses trabalhos não são contabilizados e passam desapercibidos e são esquecidos. Será esquecimento mesmo?

A memória feminina tem suas especificidades no universo cotidiano; as mulheres aparecem sempre em forma transversal aos aspectos gerais, registrados pela memória de qualquer ser humano (homem ou mulher), especialmente aqueles aspectos considerados cruciais nas trajetórias das famílias rurais. Pude observar como a categoria trabalho – em verbo ou substantivo, e que nem sempre é seu – está reiteradamente registrada nos depoimentos, principalmente das assentadas, mesmo quando o destaque é dado para mencionar a "ajuda" cotidiana à família.

É importante ressaltar que as mulheres sempre viveram na esfera do privado, tendo o trabalho doméstico como algo fundamental no cotidiano de suas vidas. Segundo D'Incao, (1989, p. 58).

(...) ela é capaz de realizar o mesmo que o homem, tanto que, em muitas sociedades (até na nossa), é ela que tem a carga mais pesada de trabalho. No entanto, a cultura sempre a afastou da ação, do poder, de façanhas políticas, da guerra.

Através das minhas pesquisas, pude observar o que anteriormente Velho (1985) já apontava em seus estudos sobre as camadas médias da Zona Sul do Rio de Janeiro, em que a participação da mulher na vida pública:

(...) é valorizada muito a partir do peso e significado do doméstico, com suas eventuais consequências negativas para seu desenvolvimento mais pleno, enquanto indivíduo. Ou seja, há, nesse nível, uma oposição clara entre o público e o privado. Se a participação no mundo extradoméstico, talvez, seja um sinal de libertação para as mulheres, pode, no entanto, aparecer como estratégia privilegiada de reconstrução de um indivíduo cuja realização ple-

na é dada ao nível de sua vida íntima, afetiva, sexual, amorosa. Parece-me que continua sendo marcada a descontinuidade entre os dois domínios, com uma valorização implícita do público. (1985, p. 172)

Ao desempenharem papéis políticos, há uma redução considerável do tempo disponível para qualquer trabalho da esfera privada. As atividades públicas consomem fatias significativas de tempo e implicam a desistência ou o adiamento de alguns projetos de interesse individual. Por isso, os afazeres domésticos e o trabalho na agricultura (roçado individual e trabalhos coletivos), tempo e energia são grandezas físicas determinantes (e limitantes) dos afazeres cotidianos das assentadas.

Uma reclamação constante nas falas das mulheres é a falta de tempo, e todo o serviço doméstico é por elas executado e não há mudanças na participação masculina nesses serviços, além de que os homens não as apóiam na saída para os espaços públicos. Há, entre a maioria, as queixas quanto às saídas do universo da casa para as reuniões e os eventos coletivos nos assentamentos que, segundo algumas falas masculinas, “só servem pra fazer converseiro e coisa boa não sai.”

Essa é a realidade do cotidiano da maioria das assentadas, a dedicação diária à esfera reprodutiva e a menor participação nos espaços produtivos dos assentamentos, o que minimiza a visibilidade de sua participação e da divisão do poder. Pode-se observar o processo de “naturalização” através da discriminação exclusivamente de cunho sociocultural que acarreta uma desvalorização dos saberes e, por consequência, dos poderes das assentadas. A igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades pelos assentados, em todas as atividades, aí incluso o espaço doméstico e sua real importância para a continuidade das relações sociais e produtivas dos assentamentos.

A DISCUSSÃO DE PODER NOS ASSENTAMENTOS

Passado o período de resistência do acampamento – ou, para alguns, “os bons tempos” –, o “sem-terra” transforma-se em “assentado”, e todos os valores e referências anteriores ao momento da ocupação voltam a ter

importância decisiva na configuração das relações de produção no interior do assentamento. Do mesmo modo, o exercício do poder político – outrora distribuído democraticamente a todos os ativistas da causa comum da terra – passa a ser centralizado pelas coordenações do movimento em uma acomodação das instâncias de decisão em torno de um grupo de “lideranças”.

Para Begamasco e Ferrante (1994, p. 188), “assentado é uma categoria nova” que passa por um processo de afirmação de novos valores e de novas simbologias, inaugurando uma dinâmica social rica em situações, impasses e enfrentamentos. Antes, ocupação e resistência. Hoje, organização. Esse é o nome do novo jogo político.

A diversidade de trajetórias de vida das famílias assentadas e suas diferentes relações com a terra compõem um mosaico heterogêneo, apesar da proximidade geográfica de seus municípios de origem (uma das exigências feitas no processo de seleção no INCRA) e da aparente unidade dos grupos quando irmanados nas lutas pelas ocupações das áreas.

Surgem, a partir dos muitos projetos individuais e dos diferentes graus de engajamento com o MST, os primeiros pontos de tensão nas reuniões sobre o futuro dos assentamentos. Mesmo tendo vindo de áreas tão próximas, os assentados estão longe de terem uma unidade de pensamento, em consequência dos diferentes caminhos vividos por cada um, em suas respectivas trajetórias pessoais – algumas vieram com família, outros ainda solteiros, e alguns (algumas) viúvos(as) –, seja nas diferentes experiências de trabalho – ex-arrendatários, trabalhadores rurais e urbanos – ou, ainda, nas formas diferenciadas de envolvimento com questões políticas. Em sua grande maioria, para estes, essa havia sido a primeira experiência como “sem-terra”. O ponto comum a todos era a conquista de terra.

Incorpo à análise dos limites e possibilidades das mulheres nas associações mais um elemento importante para a compreensão do cotidiano das relações de trabalho e poder: a articulação entre os papéis produtivos, reprodutivos e políticos que as mulheres exercem, por um lado, e a caracterização nos assentamentos da diversidade dos acontecimentos que marcam a sociabilidade no cotidiano dos(as) trabalhadores(as).

Com efeito, a vida no assentamento é orientada não só pela lógica produtiva da agricultura, não sendo apenas marcada pelas estratégias de sobrevivência, mas também dinamizada nas diversas formas de sociabilidade que evidenciam o elo estreito entre práticas alternativas, incentivam e canalizam pelas instituições de apoio, e participação nas entidades associativas e políticas que incentiva e canaliza as aspirações coletivas de atuação. Não se pode deixar de ressaltar que o começo de cada assentamento foi fortalecido por trajetórias individuais ou coletivas de ocupação da terra que alimentaram experiências de mobilização entre os assentados. Esses espaços de sociabilidade têm podido evidenciar as diferentes situações de convivência/ disputa/ colaboração entre homens e mulheres.

Nos três assentamentos pesquisados no Estado de Sergipe – Ivan Ribeiro, Vitória da União e Nossa Senhora da Glória –, há formas associativas de organização dos assentados: as associações existem desde a implantação dos assentamentos e foram incentivadas pelo MST e pelo INCRA estadual, sendo que no assentamento Vitória da União houve um desmembramento da inicial e, atualmente, existem duas associações. Estas possibilitaram a oferta de alguns serviços, como adquirir tratores, sementes, equipamentos e a compra/distribuição de insumos, e garantem a manutenção das máquinas, além de direcionarem a elaboração de novos projetos e financiamentos. Hoje, a maioria dessas associações funciona precariamente e muitos tratores e demais equipamentos adquiridos para o manuseio da terra estão quebrados, não tendo recursos para o conserto, além de outros problemas de gestão do patrimônio.

A formação de associações serve de meio facilitador de acesso ao crédito, à comercialização, aos incrementos de produção e, ainda, visa dar continuidade à organização vivida no acampamento. Esse é mais um passo em direção à total assimilação da “identidade” de assentado, apesar das especificidades de cada família e das reconhecidas dificuldades de adaptação aos novos espaços. Segundo Silva e Martins *apud* Ferrante (1994, p. 139):

Assim como a ‘fabricação’ do operário é um processo extremamente longo, permeado de lutas, conflitos que se produzem e reproduzem no bojo de um sistema de produção, a ‘fabricação’ do assentado, produtor

agrícola, é um processo, um aprendizado que, pode-se dizer, está ainda em curso cujos desdobramentos apresentam-se como um campo aberto de possibilidades.

Importante ressaltar a ambigüidade do posicionamento dos membros do MST que continuam ativos na luta e que não deixam de se auto-intitular “sem-terra”, mesmo na condição efetiva de “assentados” rurais. Na verdade, continuam a agir como militantes, principalmente tendo como funções básicas atribuições políticas – dentro e fora dos assentamentos –, se excluindo das atividades produtivas. São tidos como lideranças; mas, para alguns assentados, apenas exercem o papel de dirigentes ou “patrões”.

Perceberemos que as relações de gênero são encaradas pelo Movimento como uma questão secundária. Aqui, teremos que considerar uma certa dissociação entre teoria e prática, tendo em vista que as Normas do Movimento prevêem a importância das questões de gênero, enquanto que, na prática, há uma desvalorização do papel da mulher, o que leva a crer que este ainda não entendeu que, ao contrário de outros grupos políticos, é constituído de famílias, e não por indivíduos, e que essas fazem parte dele por uma situação peculiar – as relações de parentesco e sua influência nas decisões do grupo.

Os assentados, em geral, restringem sua experiência de participação política ao período das reuniões preparatórias e ao período relativo às ocupações, anteriores à entrada nos projetos de assentamento. Ainda assim, são movidos pelo sonho de um pedaço de terra, e não de continuidade em ações políticas. Muitos afirmam que sequer imaginavam o que iam passar no acampamento e como ia ser a vida nos assentamentos:

Deduz-se que a intensa vivência comunitária, experimentada no período de resistência, não migra para o cotidiano dos assentamentos, tendo em vista que os assentados reconhecem a mudança de papel e passam, segundo penso, a priorizar sua nova condição que requer dedicação ao trabalho na agricultura.

À primeira vista, só as relações com o universo público estão sendo consideradas pelos militantes do MST, mas, de fato, existem também

conflitos internos do Movimento e das associações que são minimizados ou que passam “desapercebidos”. Homens e mulheres são vistos pelas lideranças de maneira estanque, como indivíduos sem dúvida diferentes em comportamentos, mas cuja diferenciação é imputada a uma falta de consciência política, e não a situações diferenciadas. Não percebem que, através das relações de gênero, a convivência comunitária e associativa experimentada no período do acampamento não suplanta a urgência particular e específica de superação das necessidades diárias de sobrevivência no seio das famílias assentadas.

A quase totalidade dos assentados tem como principais motivações para exercer sua condição de associados a preocupação com a sustentação econômica dos assentamentos e a garantia da manutenção de suas famílias. Quase sempre são indiferentes ao caráter político-ideológico, conferido pelas lideranças à natureza política daquelas organizações.

Os principais estímulos para a adesão dos trabalhadores rurais à idéia da formação de associações nos projetos de assentamento vieram exatamente dos benefícios que seriam obtidos através dos financiamentos de projetos para a aquisição de máquinas, sementes e implementos agrícolas, das garantias de assistência técnica e da assessoria de órgãos e empresas de desenvolvimento agrícola, das vantagens de compra de insumos e vendas de produtos em escalas maiores. Tais fatores eram ressaltados e propagados pelos próprios militantes do MST que, no entanto, nunca omitiram a conotação política desse empreendimento.

Pude observar, ao longo da pesquisa, que as famílias assentadas são convocadas para participar de reuniões, recebendo antecipadamente a pauta das discussões. Mesmo assim, durante as reuniões, nos três assentamentos, constatei a pequena participação dos assentados nos processos decisórios que norteiam a ação administrativa e o posicionamento político das associações. Os assuntos, em geral, são abordados pelo presidente – escolhidos por indicação direta da maioria dos assentados – e os temas do dia são anunciados e os informes gerais, passados.

A predominância das questões ligadas à gestão interna dos assentamentos é notória. O encaminhamento de propostas de projetos junto a órgãos, como INCRA ou EMDAGRO, e a solicitação de empréstimos a bancos dividem as atenções com o conserto do trator, a falta de outras

máquinas para melhorar o trabalho nos lotes, as intrigas entre as famílias e os problemas cotidianos nos assentamentos. Alguns assuntos, anteriormente discutidos nas reuniões dos setores produtivos, podem ser retomados para nova apreciação, inclusive com a retirada de decisões já estabelecidas anteriormente. A melhoria dos processos de produção e as estratégias de comercialização e divisão dos valores apurados também ocupam um bom tempo dessas reuniões.

A motivação de caráter individual da quase totalidade dos assentados com relação aos seus planos de viabilização da terra dificulta a pronta assimilação e a identificação com os projetos cooperativos propostos pelos líderes do movimento. A mobilização inicial pela criação das associações, incentivadas pelas vantagens prometidas por esse formato de organização, dá lugar, em pouco tempo, à apatia da grande maioria dos filiados/assentados. Isso ocorre, principalmente, devido às dificuldades de encaminhamento das propostas, à rejeição de metas ou a objetivos não alinhados com o ideal coletivo de produção e devido à falta de planejamento das lideranças na formulação de planos de ação integrados que contemplem as diferentes vocações e expectativas das famílias assentadas.

A tão desejada participação coletiva – bastante incentivada pelo MST – esbarra na concreta concentração de poder de decisão dos pequenos núcleos de associados (ver NEVES, 1997 e VALADÃO, 1999). Estes parecem deter o saber necessário a ser aplicado em favor dos destinos dos assentamentos. As informações e o conhecimento são do domínio de poucos – que poderão, por isso, atuar efetivamente nas futuras decisões e iniciativas dos projetos.

Essa centralização política culmina com a decisão de muitos assentados em se manter à margem do modo de funcionamento das associações. Cria-se um tipo de dependência tácita das iniciativas das lideranças e dos “cabecas” do movimento. Os assentados comumente alegam cansaço e indisposição para freqüentarem as reuniões e, assim, exercerem eu direito de intervir e influir nos assentamentos. Depois de longas jornadas de trabalho no transcorrer da semana, essa opção pelo descanso também não chega a ser a expressão simplista de uma acomodação. De todo modo, é necessária, para a vitalidade política desses grupos sociais, a circulação do poder, sob pena de se ter, no futuro, apenas “ajuntamen-

to" de famílias, partilhando o mesmo solo, sem nenhum traço que as identifique com a proposta original de convivência democrática, estabelecida no início da mobilização desses grupos.

No entanto, a atuação política das mulheres nos processos decisórios, ainda que minoritária e esporádica, é valorizada. Aquelas poucas que participam das reuniões e assembléias promovidas pelas associações têm suas opiniões discutidas e, quando procedentes, acatadas. Em geral, a participação política das assentadas é pouco exigida, pois o esposo é o principal canal de informação sobre assuntos da associação e do Movimento – os quais chegam filtrados até elas, mais uma vez limitando sua participação.

Pude observar como a marcante experiência de participação vivida por algumas assentadas no movimento, e para outras durante o acampamento, influi na decisão das mesmas de não mais se restringirem às tarefas ligadas ao âmbito doméstico e ao silêncio da não-participação nas decisões e nos encaminhamentos que definem os rumos dos assentamentos. Pena que os destaques são para um pequeno número de mulheres.

As demais assentadas que freqüentam as reuniões das associações têm sua participação bem recebida e respeitada nas falas e decisões. Não por mera coincidência, as que mais participam são aquelas mulheres que trabalham no grupo da pocilga. Isso se explica não apenas pelo fato da ampla predominância de assuntos ligados aos setores produtivos, mas pela "qualificação" atribuída às assentadas que, ao desempenharem tarefas em uma área de domínio masculino, são incorporadas ao grupo como força de trabalho produtivo e mulheres com mais consciência da importância da participação organizacional.

Ao serem questionados sobre a importância da participação da mulher no movimento, os assentados respondem que concordam e demonstram reconhecer o papel por elas desempenhado. Porém, a grande maioria afirma que não deixaria suas companheiras ou filhas participarem, tamanhos os riscos e as dificuldades extremas por que passam durante a resistência nos acampamentos durante as constantes viagens das lideranças do movimento.

Se considerarmos o discurso expresso nas Normas Gerais do MST, no capítulo referente à "Articulação das Mulheres", observaremos a pres-

crição do estímulo à participação das mulheres "em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias do poder e de representatividade". Deveremos, no entanto, atentar para a descontinuidade entre discurso e prática. Os limites desse estímulo podem ser facilmente observados nos assentamentos em questão. Neles, o pequeno número de mulheres participativas pode ser classificado em dois tipos: a) aquelas assentadas que já participaram diretamente do MST, fizeram parte da fundação e do desenvolvimento do movimento no Estado e coordenaram atividades ligadas à organização político-econômica dos acampamentos; b) o outro grupo formado por mulheres com efetiva participação na produção agrícola dos assentamentos e que empregam seu tempo e sua mão-de-obra nas atividades estrategicamente vitais para a subsistência deles, o que possibilita que elas adquiram espaços de visibilidade social e política nas instâncias decisórias.

A visibilidade das mulheres enquanto sujeito nos movimentos sociais e o processo de construção de sua identidade política serão analisados por Pinto (1992, p.131):

A adesão pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público. O rito envolve, no caso, uma rede de rupturas e a constituição de uma identidade pública. A adesão coloca o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança. Aquele que adere se diferencia-se, rompendo, por exemplo, com relações de poder, estabelecidas no interior da família, caso bastante comum quando se trata de uma mulher que passa a participar de um movimento.

É importante destacar que a participação nas ações políticas dos assentamentos tem sido destacada como um fator de legitimidade para o desenvolvimento do grupo, sendo visível que essa participação é maior entre os homens e por algumas poucas mulheres que não esquecem os momentos vividos e apreendidos durante o acampamento, sempre lembrando nas reuniões e ressaltando a necessidade da participação de todos.

O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO: O PAPEL DAS MULHERES E DOS HOMENS

Existem organizações de mulheres nos assentamentos Ivan Ribeiro e Vitória da União, e pode observar vários elementos de aproximação e de diferenciação. Um primeiro ponto a ser percebido é que os dois grupos surgem de forma diferenciada, com estruturas e objetivos distintos. Pode-se perceber como, em ambos os casos, são grupos pequenos, em que não há envolvimento total das assentadas – e, no caso do Ivan Ribeiro, a iniciativa partiu de um agente externo, uma funcionária do INCRA. Já no Vitória da União, foi iniciativa de algumas mulheres, que já participaram ativamente do MST e que sentiram a resistência/recusa tanto dos homens como dos órgãos em apoiar um novo empreendimento tocado somente por mulheres.

Se a inserção dos homens nas instâncias políticas e organizacionais dos assentamentos é pequena, esse número é ainda menor quando se refere às mulheres. Como afirma Pizzorno (1985), a participação política de um indivíduo é maior quanto mais alta for sua posição social; segundo o autor, a posição social pode ser medida de diversas maneiras, a saber: sua posição profissional; seu grau de instrução; seu nível de consumo; ou por algum índice composto por essas outras variáveis. Além desses índices tradicionais, é possível adotar outros, tais como o tempo de residência em determinado local, sua posição hierárquica e até mesmo seu conhecimento geral sobre o grupo a que faz parte. Nos assentamentos, a socialização no Movimento e a continuidade dessa militância nas ações cotidianas são demonstrações de poder, e somente poucas mulheres fazem parte dessa relação de participação política cotidiana.

Toda a contribuição dada pelas mulheres no período de ocupação e resistência não é mais tão efetiva, nem sua mobilização como força social é incentivada. O que se observa é que, após a condição de assentados, há uma “acomodação” dos atores sociais envolvidos em torno das práticas e dos papéis destinados a homens e mulheres.

Diante das dificuldades encontradas para a participação nas atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos, essas mulheres buscaram apoio e saídas para a participação em novas atividades que geras-

sem renda e fossem exclusivamente geridas pelas assentadas. Diante das dificuldades encontradas – seja a falta de incentivo profissional ou das barreiras com o sistema bancário –, foram pensadas alternativas de geração de renda para essas mulheres. Elas, ao entrarem no mercado de trabalho remunerado, assumem a dupla jornada – buscando, entretanto, redefinir estratégias e conciliar suas “obrigações” domésticas com atividades que gerem algum tipo de renda para a família.

Com base na Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) do IBGE de 1995, Zyberstain, Pagotto e Pastore (1995) apontam que, além de atrasadas, as relações de trabalho das mulheres são pouco formalizadas e que, para a metade das mulheres brasileiras, o sistema de trabalho formal, com os encargos sociais oferecidos como garantia, não é prioridade ao trabalho dessas mulheres.

Segundo os autores citados, os dados disponíveis indicam que, via de regra, a mulher tende a ocupar os empregos que não exigem maiores qualificações. Metade das mulheres que vivem na cidade e no campo trabalha em atividades agrícolas (25%) ou na prestação de serviços (25%), basicamente como empregadas domésticas, respectivamente.

A outra metade se distribui por empregos supostamente melhores socialmente e economicamente, como bancos, serviços, que representam 25% do total. Só o comércio concentra 10%, e 12% no setor secundário. Portanto, para as mulheres brasileiras, mesmo no PNAD de 1995, os empregos são os de menores status, isto é, trabalhadora agrícola, empregada doméstica, operária não qualificada, balconista, etc. As professoras, enfermeiras e funcionárias públicas, embora sejam consideradas profissões “femininas”, constituem apenas 1% da força de trabalho no Brasil.

Com base em dados do IBGE/1999, Oliveira (2001) destaca que as mulheres constituem uma parcela expressiva da força de trabalho no país, atingindo o número de 31 milhões de trabalhadoras, o que em termos percentuais corresponde a 41% da População Economicamente Ativa (PEA). O autor ressalta ainda que, de acordo com dados da ONU, as mulheres executam 2/3 do trabalho realizado em todo o mundo, recebem 1/3 dos salários mundial e que mesmo assim, 70% dos miseráveis do mundo são mulheres.

É importante enfatizar que a taxa de desemprego das mulheres é superior à taxa dos homens e que é maior também o número de mulheres em trabalhos vulneráveis e desqualificados. É maior também a dificuldade de incorporação ao mercado de trabalho das mulheres com um nível educacional mais baixo, se comparada ao dos homens na mesma situação.

Os organismos internacionais comprovam que, na quase totalidade do planeta, as mulheres trabalham mais que os homens e que grande parte do seu trabalho permanece ignorado por estarem excluídas da Classificação do Produto Nacional Bruto (CPNB). Essa afirmação está relacionada às mulheres que trabalham no âmbito doméstico e não geram renda. O Sistema Contábil Nacional leva em consideração apenas o trabalho economicamente produtivo e remunerado. Mediante tal afirmação, constatamos que os trabalhos domésticos, que na sua grande maioria são desempenhados por mulheres, são ignorados pela sociedade, causando uma desvalorização e subalternização dessa categoria (AMMANN, 1992).

O Atlas das Fêmeas *Dans le Monde* (Éditions Autrement, França 1988) revela que entre 80 e 90% das famílias pobres no mundo, em 1990, tinham mulheres como chefes. No Brasil, o índice delas na chefia da família cresceu em todas as faixas de renda: de 14% em 1980 para 21% em 1995, e chegou a 25% em 1997 – segundo a PNAD, na versão de 1999 – e também no censo 2000. Depois de intenso debate, a expressão “chefe de família” foi substituída por “pessoa de referência na casa”. O “machismo”, porém, falou mais forte para surpresa, até mesmo, do Presidente do IBGE, o economista Sérgio Besserman:

(...) ao responder ao questionário, mesmo as mulheres com maior participação no sustento da casa, e até as que eram as únicas provedoras da família, cujos companheiros estavam desempregados, indicaram o homem como foi indicado pessoa de referência da casa (Revista Veja, 2000, v. 12, p. 54).

Com base na pesquisa do Censo 2000 (IBGE – 2000), Mielli (2002, p.42) descreve a mulher moderna com o perfil ativo, com presença significativa no mercado de trabalho, chefe de família, tendo menor número de filhos e sendo responsável pelo sustento do lar. A pesquisa mostra

que as mulheres são maioria na população brasileira, representando 86,2 milhões em 169,8 milhões de habitantes. O percentual de mulheres chefes de família no Brasil aproxima-se de 13%, e 25% delas comandam os lares brasileiros, mas ainda têm salários menores do que os homens.

As famílias chefiadas por mulheres são predominantes entre os setores mais pobres da população brasileira, e isso se dá porque essas mulheres, além das baixas remunerações recebidas, podem ser a única fonte de renda regular da família. O que influencia a geração de renda dessas famílias não está relacionado à composição interna (mãe e filhos), mas às condições de trabalho dessas chefes de família. O índice de analfabetismo dessas mulheres é de 20% e somando-se 37,7% como semi-analfabetas, aquelas que apenas sabem escrever seu nome e mal conseguem ler. É bom enfatizar que no Nordeste concentra-se o maior número de analfabetos do país (Revista Presença de Mulher, 2002).

Mesmo as estatísticas, confirmando o crescimento e o avanço em percentagem das mulheres em todos os setores sociais, a discriminação encontrada por essa categoria ainda é um fator agravante para a igualdade entre os gêneros. Refletindo acerca dos mitos construídos em torno do trabalho feminino, Galeazzi (2001, p.90) destaca que esses são reforçados da seguinte forma: "O trabalho feminino é secundário e só se recorre a ele como complemento do orçamento familiar em época de crise."

A partir de dados do INDEC (*Instituto Nacional de Estatística y Censos*) e de outros organismos oficiais, vê-se que, desde os anos 80, entre um terço e uma quarta parte dos lares brasileiros têm como chefe do lar uma mulher e, naqueles em que ambos os membros do casal tem trabalho remunerado, a mulher aporta 30% da renda familiar. Ainda, segundo Galeazzi (idem, p. 63):

A consequência perversa desse movimento está na ampliação dos níveis de pobreza entre a população investigada, uma vez que as famílias chefiadas por mulheres apresentam níveis de renda, significativamente, inferiores aos das chefiadas por homens. (...) Esses níveis inferiores de renda estão diretamente relacionados às desigualdades que caracterizam a vivência das mulheres em todos os foros sociais e que ainda persistem.

Isso é visto claramente nos assentamentos pesquisados – onde o rendimento das mulheres, em geral, é inferior em relação ao dos homens e não se tem apoio e crédito a projetos desenvolvidos por mulheres assentadas. Quando o trabalho das mulheres se torna a única fonte de sustento da família, essas discriminações assumem sua devida proporção e passam a afetar a vida de todo o grupo familiar.

É comum, nos depoimentos das assentadas, a constatação de que as mulheres estão sempre trabalhando, seja em casa, seja nos lotes. No cotidiano das atividades agrícolas, a maioria das famílias incorpora ambos os sexos: esposa e marido repartem as tarefas, realizando todas as atividades e, muitas vezes, aceitando a colaboração dos filhos. Nesse conjunto, destaca-se a aplicação de defensivos como tarefa exclusivamente masculina nos três assentamentos pesquisados. Na pecuária, a ordenha e as demais atividades no curral, incluindo o “apartar” do bezerro da vaca, assim como a aplicação de remédios e vacinas, são atividades masculinas; somente a limpeza do curral, que corresponde ao serviço cotidiano de limpeza da casa, é atividade executada pelas assentadas. As assentadas sergipanas que não convivem hoje com um homem contam com o auxílio dos filhos e de algum parente, tanto na pecuária quanto na agricultura. No entanto, a pecuária continua sendo vista como atividade “pesada” e só os homens têm “jeito” para seu manejo.

Ao serem questionadas sobre a distribuição do dispêndio de tempo entre as atividades da produção agrícola, a pecuária e o trabalho doméstico, todas as assentadas afirmaram que devem administrar seu tempo de acordo com as necessárias e importantes tarefas domésticas, atividades estas exclusivamente realizadas sob sua responsabilidade e, em alguns casos, pelas filhas. A maioria afirmou, ainda, que conciliam o tempo despendido com a produção quanto ao trabalho doméstico e que realizar as duas coisas é muito cansativo. Apenas uma mulher, Inês, afirmou só cuidar da casa, o que confirma a importância da mulher nas atividades reconhecidas como produtivas e a constatação de que preferem as atividades na produção às atividades domésticas.

Importante destacar a reflexão das assentadas sobre a vocação econômica de seu lote, levando em consideração como as mulheres se percebem, como avaliam a situação atual do lote, assim como qual o balanço e

as perspectivas. Desse conjunto, pode-se, assim, aprofundar como as assentadas não se integram à prática de planejar e elaborar estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar. Para a pergunta: "como você se autodenomina?", a maioria respondeu ser dona-de-casa e agricultora. As respostas apontaram para o fato de quase todas se autodenominarem ativas, sem, no entanto, reconhecerem-se como agentes de produção. A maioria completava a resposta, indicando que, primeiro, vem o serviço doméstico e, segundo a "ajuda" aos maridos nos lotes familiares.

É clara a divisão sexual do trabalho, e a partir de quais mecanismos essa divisão perpetua-se e é engendrada nas relações familiares, principalmente em um contexto importante da produção que é a tomada de decisões. Nesse contexto, é importante visualizar como os homens delimitam e definem a vocação do lote agrícola e elaboram futuros compromissos, e é quem se faz porta-voz desses projetos – sendo, também quem tem acesso ou contato com as agências de fomento e de apoio à agricultura.

De um modo geral, quando perguntadas sobre quem tomava as decisões quanto à produção e ao planejamento futuro, a primeira resposta dada pelas assentadas era a de que "ele decidia o que nós tínhamos conversado juntos". No que diz respeito a quem toma as decisões sobre a produção agropecuária, nas famílias constituídas por um casal fixo, a maioria das assentadas respondeu que ambos decidem na conversa sobre a produção, mas "a última palavra é dele". Na maioria dos núcleos familiares entrevistados, de fato, é o homem que está gerindo o lote e sempre tem maior conhecimento sobre a produção.

Sobre os empréstimos contraídos junto a instituições financiadoras, as mulheres têm menor ou nenhum espaço de decisão nos assentamentos pesquisados, já que a maioria delas sublinha o que os maridos/companheiros decidem. Mesmo as assentadas que afirmaram decidir junto a eles reconheceram que o marido toma a decisão final. Esse caso é freqüente no momento da negociação dos empréstimos junto às agências bancárias e nas instituições governamentais que colaboram com o desenvolvimento dos projetos de assentamento.

Também é importante destacar um outro momento delicado no itinerário da tomada de decisão: quando são verbalizadas discordâncias de opiniões. Com efeito, ao perguntar: "no caso de discordância, quem de-

cide?”, quase todas afirmam que a palavra final é a do homem, com exceção das irmãs assentadas no Vitória da União. Essas duas mulheres vivenciaram a história da construção do MST em Sergipe, participando do processo de forma mais ativa. Isso sugere que uma socialização política mais consistente, por parte das assentadas, permite uma democratização do poder dentro da estrutura familiar. Lembremos, no entanto, que, quando saímos do espaço do assentamento, não se constata nenhuma grande liderança feminina na estrutura nacional do Movimento.

O que pudemos observar foi que o trabalho consiste de uma categoria que sempre existiu, sempre fez parte e continua fazendo parte da vida das assentadas. A vinda para os assentamentos não provoca mudanças, pois elas continuam nos afazeres domésticos e nas atividades produtivas, mesmo não se reconhecendo como trabalhadoras e não tendo o reconhecimento no grupo. As famílias se reestruturam para um novo enfrentamento – o de permanecer na terra e dela retirar os frutos para sua reprodução. As mulheres assumem a luta em torno de melhores condições de vida e de trabalho, o qual ainda não adquiriu legitimidade e visibilidade para a maioria delas.

A situação da mulher assentada é muito específica. Ela faz parte de uma unidade familiar onde a produção e a reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único. Os membros do grupo doméstico participam dos diferentes momentos que compõem o processo produtivo, conforme o sexo e a idade, e em função do ciclo anual das culturas, bem como do ciclo de desenvolvimento das famílias.

Estudar a transformação dos sem-terra em assentados, a partir da experiência pessoal e subjetiva das mulheres que participaram dos movimentos, é fazer um recorte pouco tradicional e sujeito a críticas. Scott (1991, p. 6) alerta:

Inscrever as mulheres na história implica, necessariamente, a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é, historicamente, importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas.

Mas, sem o estudo das relações cotidianas e de seus principais agentes – as mulheres –, não se pode entender os processos de reprodução e

transformação sócio-culturais e político-econômicos pelos quais está passando a categoria social que se autodenomina "assentado".

Ao focalizar as mulheres assentadas e seu cotidiano, deve-se ressaltar que a divisão do trabalho e do poder não significa encontrar em todos os três assentamentos analisados as mesmas fronteiras entre os sexos. Ao contrário, cada caso expressa um possível encaminhamento que explique quais situações sociais e culturais apóiam tais divisões. O processo de formação dos assentamentos, as diferentes trajetórias ocupacionais de mulheres e homens, encaminhadas anteriormente, a constituição dos assentamentos e a atual relação estabelecida pela economia do assentamento podem ser vistas como citações que encaminham um arranjo entre participação feminina e masculina na reprodução social das famílias rurais sergipanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, S. B. Mulher: trabalha mais ganha menos, tem fatia irrisória de poder. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XV, p. 34-52, maio 1998.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BERGAMASCO, Sônia M. e FERRANTE, Vera L. B. Assentamentos rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMERO, Adhemar... et alii. **Reforma agrária: produção, emprego e renda o relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE: FAO, 1994.

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERRANTE, Vera L. B. e SILVA, M. Ap. Moraes. **A Aventura de Pesquisar Assentamentos Rurais: dilemas da multidisciplinaridade e do pluralismo**

teórico. In: ADORNO, S. (org.). **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres Trabalhadoras: a chefia familiar e os condicionantes de gênero. In.: **Org. mulher e trabalho**. Porto Alegre: FEE, 2002, v. 1, p. 01-102

HOLANDA, Chico Buarque de. **Chico ao vivo**. BMG, 1999.

IBGE, Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil. **Informações Municipais**. Rio de Janeiro, 2000.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: FCES, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PIZZORNO, Alessandro. **Introducción al estudio de la participación política, participación y cambio social en la problemática contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones Siap Planteos, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria para análise histórica. Tradução de Cristine R. Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS CORPO, 1991, mimeo.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In.: NUNES, E. (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. v. 1 e 2, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.